



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 2024, PARA PROMOVER DEBATES E AMPLA DISCUSSÃO SOBRE O USO DA “CANNABIS MEDICINAL” NO MUNICÍPIO. (CONVOCADA ATRAVÉS DO EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2024).

Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas e dez minutos, ocupou a Presidência dos trabalhos o Presidente da Câmara Municipal de Marília, Vereador Eduardo Duarte do Nascimento que abriu a sessão de Audiência Pública. Em seguida, o Presidente Eduardo Duarte do Nascimento convidou para compor a Mesa o Dr. Flávio Rino Guimarães, Delegado de Polícia, Diretor Jurídico da Abracamed - Associação Brasileira de Cannabis Medicinal, a Sra. Sílvia Helena Vívian de Almeida Perao, Diretora de Acolhimento da Associação Canábica em Defesa da Vida, a Associação Maria Flor, a Sra. Claudia Marin, Vice-Presidente de Comunicação da Associação Maria Flor. Registrou a presença dos Vereadores Marcos Santana Rezende, Vânia Ramos dos Santos, Elio Eiji Ajeka, Danilo Augusto Bigeschi, Oswaldo Féfin Vanin Junior e Sérgio Antônio Nechar. Registrou as presenças das seguintes pessoas: Berenice de Lara, Diretora de Pesquisa Científica da Aracamed, Ricardo Flores, 1º Secretário do PSOL, Luís Anfré Lisque Noro de Freitas, Advogado, Érica Ferreira, Acolhedora na Associação Maria Flor, Aline de Andrade Lourenço, convidada, Beatriz Ribeiro de Souza Cruz, Glays Regine Silva, convidada, Dr. Valdir Silveira Marin, representando o Prefeito Municipal Daniel Alonso e o Secretário Municipal da Saúde, Osvaldo Ferioli, Profª Drª Rosane Michelli de Castro, representando a Direção da Unesp, Leonardo Mendonça, Técnico em Informática da Associação Maria Flor, Roberto Milani, 2º Tesoureiro da Associação Maria Flor, Elaine Milani, membro da Associação Maria Flor, Marcelo Amâncio, Jardineiro da Associação Maria Flor, Miguel Boveto Santamarina, Assistente de Comunicação da Associação Maria Flor, Larissa Milani, Coordenadora Voluntária do Clube Paciente da Associação Maria Flor, acompanhada de seu filho Rafael Pietro, Luiz Henrique Franco, Acolhedor da Associação Maria Flor, Yasmin Borges da Silva, Acolhedora da Associação Maria Flor, Isabela Imafuku Menis, Colaboradora Voluntária da Associação Maria Flor, Ilda Líliliana Dôl Pillon, massoterapeuta da Associação Maria Flor, Ana Paula Tavares, Assistente Social da Associação Maria Flor, Ana Clara Apolinário de Oliveira, Acolhedora da Associação Maria Flor, Andrea Melo, Jornalista da Associação Maria Flor, Reinaldo Miguel Júnior, Presidente da Associação Emanacan, Gustavo Gímenes Zafra, Coordenador da Associação Emanacan, Antônia Lúcia da Silva Moura, Voluntária/Conselheira do Comad, Lai Lourencine, assistente de Comunicação da Associação Maria Flor, Andrea Gomes, Diretora Administrativa do Consultório Essencial 360Graus, representando a Clínica de Cuidados Integrativos e Prescrição de Cannabis Medicinal, Thiago Gomes, Diretor Técnico em Saúde do HC/Famema, representando a Drª Paloma Libânio, Superintendente do HC/Famema, Daniela aparecida do Patrocínio Acolhedora da Associação Maria Flor, Marcos Vinícius Del Nero, Associado da Abracamed, João Carlos Ferrari, Diretor de Cultivo da Abracamed, Edson Francisco da Silva, Designer Gráfico da Abracamed, Clarissa Ogeda, Voluntária da Abracamed, Mateus Artero Ferrari, Plantio da Abracamed, Ariane Fusetto Lázaro, Abracamed, Dr. José Carlos Lázaro, Advogado e membro da Abracamed, Dr. Paulo Roberto de Lara Silva, Delegado Aposentado e Membro da Abracamed, Dirce de Fátima Alves dos Santos, Coordenadora Diocesana da Pastoral da Sobriedade, Jasmine Silva, Advogada, representando a Comissão de Direito Médico da OAB-Marília e Psol, Lúcia Hiroko Yamota Teishi, Assistência Farmacêutica, Luiz Eduardo Dias, Caroline Marroni, Farmacêutica, Sérgio Muzi Giraldi, Dirceu Frederico Júnior, Alexandre Cerqueira César Júnior, Advogado e Diretor Jurídico do PV, Angie Lemos, Vice-Presidente da Associação Anjos Guerreiros, Juliana Grama Zayede, Fisioterapeuta da Associação Maria Flor, Roberta Flores, Diretora Lucy Montoro, Geisa Luz, Famema, Otacílio Mariano dos Santos Júnior, Serviços Gerais da Associação Maria Flor, e Reinaldo Marin Alexandre Pereira, Engenheiro Agrônomo da Associação Maria Flor. Informou que a Audiência Pública foi convocada em atendimento ao requerimento número 2258/2023, de autoria do Vereador Danilo Augusto Bigeschi, para promover debates e ampla discussão sobre o uso da “cannabis medicinal” no município. Disse que a cannabis possuía eficácia comprovada no tratamento de diversas enfermidades e transtornos, tais como: câncer, paralisia cerebral, epilepsia, alzheimer, mal de parkinson, esclerose múltipla, entre outras doenças. Buscando-se promover a abertura desse importante espaço de diálogo da comunidade mariliense, juntamente a entidades, profissionais da saúde e da área do Direito, familiares e pacientes que dependiam do uso terapêutico, e demais interessados, com o objetivo de ampliar o conhecimento, divulgar e debater informações atualizadas sobre o tema. A presente Audiência Pública foi convocada através do Edital de Convocação nº 03/2024. A Lei nº 5863/2004, que disciplinava a realização de Audiências Públicas no município, determinava que os expositores, em conjunto, dispunham de uma hora para realizar suas exposições, desta forma, ficaria estabelecida a divisão do tempo de uma hora entre as duas entidades, Abracamed e Maria Flor, ficando cada uma com um tempo de trinta minutos a ser dividido entre seus expositores. Concluídas todas as exposições, os membros do poder legislativo poderiam fazer suas



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

perguntas relacionadas com o assunto. Também os demais participantes da audiência pública, devidamente identificados, poderiam fazer suas perguntas relacionadas com o assunto, sendo que deveriam se inscrever antecipadamente junto à Secretaria da Câmara, durante as explanações dos expositores e as perguntas de Vereadores. Os telespectadores e internautas também poderiam enviar suas perguntas através do e-mail camara@camar.sp.gov.br. Para isso cada pessoa interessada teria o tempo de dois minutos para formular suas perguntas, por outro lado nossos expositores teriam o prazo de até dois minutos para se manifestarem sobre as perguntas, permitidas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. Inicialmente, passou a palavra ao Dr. Flávio Guimarães, Delegado de Polícia, Diretor Jurídico da Abracamed, e para falar sobre o tema: “O uso medicinal da cannabis - retrospectiva da legislação e alguns aspectos jurídicos atuais”, dispondo de 13 minutos para suas explanações. Com a palavra, o Dr. Flávio Guimarães disse que via como absurdo a forma como muitas pessoas da população enxergavam com preconceito o uso da cannabis, inclusive nos profissionais da área médica. Afirmou que era inexperiente no tema. Em seguida, disse que a planta era utilizada por muitos povos na história da humanidade, mas que atualmente encontrava barreiras ético-religiosas na sociedade. Após, disse que era comprovado cientificamente os benefícios do uso da cannabis em diversos tratamentos, e que a luta era que o SUS implantasse o uso da planta no sistema público, tendo em vista seu custo era alto atualmente. Citou, como exemplo para Marília, a prefeitura de São Caetano do Sul que era modelo no atendimento público da saúde, e que o transporte público da respectiva cidade era gratuito. Afirmou que havia avanços normativos em relação ao tema, mas que a Projeto de Lei nº 399/2015 estava travada na Câmara de Deputados. Em seguida, citou a Projeto de Lei nº 399/2015 de autoria do ex-deputado federal Fábio Mitidieri, que tratava sobre a cannabis a serem utilizados no tratamento médico, e que estava na Mesa Diretora da Câmara de Deputados. Disse que o maior problema era o preconceito. Esperava que a medicação fosse acessível para toda a população. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Sérgio Biancardi, Presidente da ABRACAMED, para ocupar a Tribuna e tratar sobre o tema “Avanços e Esperança, o impacto transformador da cannabis medicinal no Brasil”, dispondo de 16 minutos para suas explanações. Ocupou a tribuna o Sr. Sérgio Biancardi, que cumprimentou a todos, e disse que muitas famílias tinham dificuldades de acesso aos medicamentos por conta da pandemia. Após, afirmou que houve uma evolução no acesso aos medicamentos, tanto na parte de importações quanto na fabricação própria das associações. Disse que o uso do medicamento trouxe bem estar para inúmeras famílias. Afirmou que o Poder Público poderia explorar ainda mais o uso da planta para uma melhor qualidade de vida. Disse que havia inúmeros casos de sucesso com o uso do produto. Disse que havia feito contrato com o governo federal para que pudesse entregar o melhor da planta para a população. Esperava uma autorização mais ampla da ANVISA para utilização maior do produto e afirmou que seguiria todos os requisitos e normativas para atender todo o rigor necessário para trazer qualidade. Afirmou que a entidade ABRACAMED pagava tributos e empregava pessoas e acreditava que a região de São Paulo tinha capacidade para desenvolver tecnologicamente para entregar a nível nacional. Agradeceu o apoio das demais entidades da cidade. Neste momento, convidou a todos para assistir a um vídeo com a palavra do Prof. Dr. Joaquim Maurício de Almeida, Coordenador do Projeto de Pesquisa da Universidade Federal de São João Del Rey em parceria com a Abracamed. Em seguida, passou a palavra à Sra. Sílvia Helena Vívian de Almeida Perão, Diretora de Acolhimento da Associação Cannabica Maria Flor, que dispusera de 15 minutos para sua explanação. Ocupou a tribuna a Sra. Sílvia Helena Vívian de Almeida Perão, que cumprimentou a todos, e afirmou que o conhecimento capacitava e também evoluía. Disse que a entidade tinha disposição para aprender mais e que deveria ser buscado o conhecimento a todo o momento, bem como afirmou que Associação Maria Flor tinha se tornado uma referência na região. Em seguida, disse que havia na instituição dez mil pacientes, e que a quantidade de pacientes não era obra do acaso, mas fruto do esforço da entidade. Afirmou que eram dez mil famílias impactadas pelo medicamento, pois afirmou que só a família sabia o que era o sofrimento. Informou que dentre os pacientes que estavam inseridos na entidade, estavam catalogadas 820 patologias. Disse que tinha pacientes de 01 a 100 anos de idade, sendo 60% dos atendimentos representados pelo Estado de São Paulo, seguidos pelos Estados do Paraná e do Rio de Janeiro, todavia, disse que a entidade atendia todo o Brasil. Afirmou que o Estado deveria assumir a responsabilidade pelos pacientes, mas que a entidade fazia isso. Disse que o que movia a entidade era a qualidade de vida que os pacientes tinham, não importando a quantidade de pacientes, mesmo com dificuldades. Disse que Marília tinha se tornado uma referência na região e no País, com filmes, matérias, artigos, lives, e diversas outras mídias e que tinha orgulho de levar o nome da cidade para outras localidades. Afirmou que a expectativa era de aumentar o apoio nas outras casas parlamentares, principalmente em Brasília. Convidou os vereadores para apoiá-los na luta. Afirmou que a aprovação da PEC 45 era um retrocesso para a população e que servia como obstáculos para a entidade. Criticou a aprovação. Em seguida, disse



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

que o conhecimento era a chave para o rompimento do preconceito. Afirmou que a médica de uma cidade vizinha que tinha uma paciente de um ano e seis meses precisava do tratamento com a planta. Enalteceu o trabalho da médica pela sensibilização com a causa. Afirmou que havia quase 60 colaboradores e agradeceu a todos pela ajuda e dedicação. Enalteceu o trabalho e a importância das demais entidades. Citou frase de educadores, tais como Rubem Alves, Paulo Freire e Cora Coralina, frisando a importância de ter o conhecimento. Em seguida, passou a palavra à Sra. Cláudia Marin, Vice-Presidente da Associação Cannabica Maria Flor, que dispunha de 15 minutos para sua explanação. Ocupou a tribuna e agradeceu a presença dos Vereadores e disse que representava a Associação Maria Flor não só como membro, mas também como mãe do primeiro paciente que era o Mateus. Disse que o conhecimento levava longe e teve que buscar conhecimento para poder salvar seu filho. Disse que era preciso lutar para que o tratamento chegasse em todos que precisavam. Disse que traria reflexão, onde deveria existir imersão dos médicos, onde com o conhecimento haveria a prescrição correta. Disse que estaria na audiência pública no STF em Brasília, representando todas as associações. Disse que gostaria de dar aos médicos qualificação para o atendimento pelo SUS e era necessário o apoio do município para trazer os profissionais que dariam a qualificação. Disse que apenas 3 patologias eram atendidas pelos SUS e não sendo uma dessas doenças, todas as demais doenças não teriam o privilégio do atendimento pelo SUS. Deixou o convite para quem quisesse estar em Brasília para levar o conhecimento sobre o assunto, seria bem-vindo. Terminadas as explanações, passou às perguntas dos Senhores Vereadores relacionadas ao assunto. O Vereador Marcos Santana Rezende parabenizou Flavio, Sérgio Biancardi, Silvia e Claudia Marin que foi a precursora da associação na cidade, estendendo os cumprimentos aos membros da Associação. Cumprimentou o autor do Requerimento, Vereador Danilo Augusto Bigeschi. O Vereador Danilo Augusto Bigeschi cumprimentou o Presidente pela sensibilidade e apoio na iniciativa, juntamente os Vereadores pelo apoio da Casa à causa. Saudou as associações. disse que o preconceito trazia retrocesso e a discussão deveria ser pautada pela ciência e pela saúde porque a saúde era um direito constitucional. Falou dos acontecimentos recentes e do tratamento dado ao Márcio e Fernanda, de forma inaceitável, como criminosos. Disse que havia pessoas com dificuldades e achava criminoso o interesse dos grandes laboratórios farmacêuticos. Disse que o desafio era ampliar o acesso do SUS porque via a dificuldade das famílias que tinham que entrar com ação judicial para conseguir o óleo. Questionou o que poderia ser feito para que avançassem, contando com as legislações existentes e se poderia haver parceria com as associações para disponibilizar acesso aos medicamentos. Agradeceu a todos da Casa pelo empenho. A Sr^a Silvia Helena Vívian de Almeida Perão, Diretora de Acolhimento da Associação Canábica em Defesa da Vida disse que a ida para Brasília seria importante e ter os Vereadores do lado das Associações ajudava muito. Disse que a busca de médicos pela Associação era grande, havendo médicos que não tinham conhecimento e muitos buscavam a Associação para isso. Disse que o que queriam capacitar as pessoas, sendo importante o médico saber prescrever e principalmente acompanhar, sabendo a evolução e prescrição gradual. Isso não aconteceria em sala de aula. O papel poderia ser realizado pelas Associações e a Secretaria da Saúde. O Sr. Sérgio Biancardi, Presidente da ABRACAMED disse que o principal ponto era que forneciam concursos digitais validados pelo Ministério da Educação e como eram os pré-requisitos estabelecidos pela Anvisa. As associações da região tinham que estar regulamentadas e enquadradas no que a Anvisa determinava para o SUS. O Vereador Elio Eiji Ajeka questionou a Silvia Helena Vívian de Almeida Perão, Diretora de Acolhimento da Associação Canábica em Defesa da Vida qual era a evolução encontrada desde o último debate até os dias atuais. Questionou com relação aos profissionais da saúde como estavam sendo instruídos para a utilização dentro das patologias. Ao Sérgio Biancardi, Presidente da ABRACAMED questionou qual seriam os desafios regulatórios para buscar a medicação. Questionou ao Dr. Dr. Flávio Rino Guimarães quais eram os desafios enfrentados pelos pacientes que buscavam o acesso ao óleo a custo acessível. A Sr^a Silvia Helena Vívian de Almeida Perão, Diretora de Acolhimento da Associação Canábica em Defesa da Vida disse que os desafios não mudaram porque necessitavam de regulamentação, com reconhecimento da Associação. Disse que havia o atendimento social, para agilizar o processo de forma a fazer a medicação no mesmo dia, não podiam esperar. Era preciso uma regulamentação urgente. A Sr^a. Cláudia Marin, Vice-Presidente da Associação Cannabica Maria Flor disse que havia mais de 800 patologias, e a ideia era que o profissional entendesse todas as patologias. Disse que a cannabis era uma suplementação ao organismo, modulava o que era necessário ao organismo. Disse que havia outros profissionais que entendendo poderiam ajudar como exemplo o veterinário, fisioterapeuta, dentista, fonoaudiólogo, de forma a tratar de forma adequada. O Sr. Sérgio Biancardi, Presidente da ABRACAMED disse que dependia da parte laboratorial e das sementes, as regras da Anvisa diziam que deveria haver um produto zerado de THC. Era possível desenvolver com aparelhos auditáveis. O Vereador Sérgio Antônio Nechar disse



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

que daria sugestões porque já tinha o conhecimento porque tinha um filho que estava envolvido no sistema. Disse que era prescritor e tinha experiência do uso no sentido de melhorar a dor e o humor dos pacientes oncológicos. Disse que encaminhou um projeto ao Caio França, Deputado Estadual, chamado Verde Vivo, contendo uma forma que os médicos pudessem prescrever. Disse que Caio daria verba para que fosse dada a educação aos profissionais da saúde do SUS, através de cursos. Disse que havia médico que tinha dúvida para prescrever o canabinóide, mas não tinha para prescrever opioides e morfina que causavam dependência física na pessoa. Disse que era preciso regulamentar a Lei Municipal n. 8883/22 para dar incentivo as pesquisas científicas. Disse que outra preocupação era a indústria de medicamentos, iriam tentar prejudicar de toda a forma e por fim os políticos de forma geral deveriam quebrar as descriminalizações. Solicitou que fosse passado vídeo do Deputado Estadual Caio França. O Vereador Sérgio Antônio Nechar disse que unidos conseguiriam que seria regulamentado para ajudar as pessoas doentes. Encerrada a participação dos Vereadores, a Presidência consultou a Secretaria se havia interessados em formular perguntas relacionadas ao assunto. Foi informado que não havia interessados. Quando eram vinte horas e cinquenta e sete minutos, o Senhor Presidente declarou encerrada a audiência pública, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Gustavo Almeida Camargo, que secretariei a audiência. Fica fazendo parte integrante da presente Ata, o DVD relativo à Audiência Pública, de acordo com a Resolução n. 296, de 10 de abril de 2007.